

Documentos obtidos através da Lei de Acesso à Informação, mas que tiveram seus trechos mais importantes tarjados, indicam a assinatura de um acordo militar que permite aos Estados Unidos a construção de três bases de operações em território brasileiro, incluindo uma na tríplice fronteira. Os soldados e equipamentos alocados nessas bases teriam imunidade total às leis brasileiras, e a justificativa oficial de "combate ao narcotráfico" seria apenas uma fachada para monitorar recursos estratégicos da América do Sul.